

## REQUERIMENTO Nº , de 2014

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para tratar da escalada de violência contra ativistas de movimentos sociais de caráter socioambiental, relacionada à exploração ilegal de madeira na Região Amazônica. O problema foi exposto nos meios de comunicação nacional por investigação conduzida pelo Greenpeace Brasil. Para tratar do assunto, sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades como palestrantes:

1. **José Eduardo Cardozo** - Ministro de Estado da Justiça.
2. **Ideli Salvatti** – Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)
3. **Izabela Mônica Vieira Teixeira** – Ministra de Estado do Meio Ambiente (MMA).
4. **Claudelize Silva dos Santos**, Irmã do extrativista José Cláudio Ribeiro da Silva, assassinado junto com sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva.
5. **Antônio Vasconcelos**, Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi – APADRITI
6. **Maria Darlene Braga Martins**, Comissão Pastoral da Terra – CPT
7. **Marcio Astrini** – Greenpeace Brasil/ Campanha de Combate à Madeira ilegal.

### JUSTIFICATIVA

O Brasil se consolidou em 2014 como o país mais perigoso para a defesa do direito à terra e ao meio ambiente, com cerca de 50% das mortes no planeta. Em todo o mundo, apenas 10% dos casos chegam aos tribunais, sendo que somente 1% resulta em condenação. Esse percentual é um símbolo da “cultura endêmica de impunidade” conduzida pelos governos. A falta de condenações contribui para o silêncio dos ativistas e da população prejudicada por atividades econômicas ilegais<sup>i</sup>. E quanto mais importante o papel de defesa do meio ambiente se torna, mais ameaçadas essas pessoas se encontram.



SF/14044.20394-34

Página: 1/4 16/07/2014 11:30:01

87589d6bb1395d61fc1e9de2bf9e8099dct04



No Brasil a violência no campo concentra-se na abertura de novas fronteiras, especialmente na Amazônia. Dados da CPT mostram a situação da violência no Brasil e na concentração dos casos de violência no campo na Amazônia.

Fonte: Conflitos no Campo 2010-2013 (CPT). Elaboração Greenpeace (2014)	2010	2011	2012	2013
Assassinatos no campo (%)	73,53	79,3	58,33	58,82
Tentativa de assassinato (%)	74,55	60,53	79,22	33,33
Ameaçados de morte (%)	88,8	85	77,63	72,20

Diferentemente do resto do Brasil, o número de famílias expulsas na Amazônia cresceu 11%, e o de despejadas 76%. Também teve crescimento acentuado, de 126%, no número de famílias com casas destruídas, e com bens destruídos 19%<sup>ii</sup>. Outro fator que merece destaque é a violência do poder privado na região da Amazônia Legal que, em 2011, concentrou 69% do total geral do país. A Amazônia legal é a única entre as regiões geoeconômicas a apresentar uma correlação positiva do poder privado sobre o poder público (1,4), contra os índices de 0,5 e 0,6 respectivamente para a região Nordeste e Centro-Sul. Ou seja, implica dizer que na região o poder público não está sendo capaz de acompanhar a violência do poder privado<sup>iii</sup>.

As consequências de um sistema de controle florestal falho são enormes e se estendem por muitos outros fatores além das árvores em si. Todo este potencial está ameaçado, considerando que o setor atualmente opera em elevado nível de ilegalidade. De acordo com estimativas recentes, extração ilegal de madeira gera ganhos ilícitos de aproximadamente US\$ 10-15 bilhões por ano no mundo, com recolhimento menor de royalties e impostos sobre o registro legalmente sancionado no valor adicional de \$ 5 bilhões de



dólares<sup>iv</sup>. O Brasil como principal produtor de madeira serrada no mundo só tem a perder com isso<sup>v</sup>.

As estimativas não capturam os enormes danos ao meio ambiente ou a sociedade em si: como ele afeta a biodiversidade, causa degradação do bioma, aumenta as emissões de carbono e principalmente como ele afeta as comunidade e populações que vivem, ou melhor, convivem com a floresta. Além disso, culmina no desestímulo dos que tentam legitimar o efetivo Manejo Sustentável. É um roubo à economia local e de todo um país.

Este processo se intensificou durante os anos causando violência, medo e assassinatos, dos que se tornavam líderes de grupos “mais organizados” que dependem da floresta em pé para seus sustento e perpetuidade como assentamentos, comunidades, indígenas, populações tradicionais e outros tantos. Este (os assassinatos de líderes) é um passo estratégico para a desconstrução de todo um ideal planejado em conjunto pelos diversos atores da floresta.

Além disso, é necessário avaliar as condições do Programa de Proteção à Testemunha. Em um dos requisitos tem-se o cerceamento da liberdade do protegido (Inexistência de limitações à liberdade)<sup>vi</sup>. A testemunha é obrigada a deixar sua casa e muitas vezes ser sustentada pelo governo, que paga uma média três salários mínimos por mês – independente da condição financeira do delator. Até o fim do programa, seu paradeiro não pode ser revelado para amigos ou parentes. Ao trocar a identidade, o protegido tem problemas para reconhecer a paternidade do filho ou resgatar sua aposentadoria. “A fragmentação das políticas públicas dificulta o trabalho de reinserção social”, afirmou Joisiane Gambá, coordenadora do programa de proteção a testemunhas da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), organização conveniada ao governo federal<sup>vii</sup>.

Quanto maior é o deslocamento geográfico para regiões mais remotas na Amazônia, mais esses defensores do meio ambiente correm risco. E como conclusão tem-se que, por enquanto, no setor florestal o crime compensa.

<sup>i</sup> Global Witness. 2014. Deadly Environment:  
<http://www.globalwitness.org/sites/default/files/library/Deadly%20Environment.pdf>



- 
- <sup>ii</sup> CPT 2013. Conflitos no campo (p.8).  
<sup>iii</sup> CPT 2011. Conflitos no Campo (p.77).  
<sup>iv</sup> Gonçalves et al 2012. Justice for Forests Improving Criminal Justice Efforts to combat Illegal\_Loading.  
Word Bank Study (P.1)  
<sup>v</sup> ITTO 2012. Annual Review and Assessment of the world Timber Situation.  
<sup>vi</sup> <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/spddh/cgpvta/sistema.htm>  
<sup>vii</sup> <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/programa-de-protecao-a-testemunhas-desencoraja-denuncias>

Sala das sessões, em de 2014.

**Senador João Capiberibe**  
**PSB/AP**



SF/14044.20394-34

Página: 4/4 16/07/2014 11:30:01

87589d6b8b1395d61fc1e9de2bf9e8099dctf04

